

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO (UNIBRA)  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

GUILHERME MAURÍCIO AZEVEDO SANTOS NETO

**POSSO NOTICIAR? ATAQUES A JORNALISTAS  
DURANTE O EXERCÍCIO DO SEU OFÍCIO EM 2020**

RECIFE/2021

GUILHERME MAURÍCIO AZEVEDO SANTOS NETO

**POSSO NOTICIAR? ATAQUES A JORNALISTAS  
DURANTE O EXERCÍCIO DO SEU OFÍCIO EM 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro  
Universitário Brasileiro (UNIBRA), como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Professora Orientadora: Dra. Ana Paula Bornhausen da  
Silva Bandeira

RECIFE/2021

Ficha catalográfica elaborada pela  
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

S237p Santos Neto, Guilherme Maurício Azevedo  
Posso noticiar? ataques a jornalistas durante o exercício do  
seu ofício em 2020. / Guilherme Maurício Azevedo Santos Neto. - Recife: O  
Autor, 2021.

51 p.

Orientador(a): Dra. Ana Paula Bornhausen da Silva Bandeira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário  
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Jornalismo, 2021.

Inclui Referências.

1. Violência contra jornalistas. 2. Ataques. 3. Constituição. 4.  
Exercício da profissão. I. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. II.  
Título.

CDU: 070

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Juliana Estevão Dos Santos e Guilherme Maurício Azevedo Santos Filho, por permitirem a realização dos meus sonhos.

As minhas avós, que auxiliaram na minha educação e com seu apoio e afinho assistem hoje seu neto mais velho concluir a graduação em uma universidade.

Aos familiares, pelos ensinamentos, companheirismo e diversão.

A minha orientadora, professora Ana Paula Bandeira. Obrigado pela oportunidade, paciência e por garantir que este trabalho acontecesse.

Ao Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA) que de várias maneiras contribuiu para que a primeira turma de jornalismo da instituição, contasse com o afinho e apoio sempre que fossem necessários.

A todas as pessoas que participaram da minha vida durante o curso de jornalismo, de modo especial a minha turma. Começamos o primeiro período com quase 40 alunos e em meio as despedidas durante o caminho trilhado, concluímos mais esta etapa da nossa vida com a presença de 11 amigos.

Aos professores que, nesses quatro anos, deram seu melhor para a nossa formação. Da mesma forma aos coordenadores que passaram pelo nosso curso, de modo especial e guardado eternamente em nossa memória, Edilene Gasparini que, partiu recentemente. Sua alegria contagiante nos motivou desde os primeiros dias de graduandos.

A todos de modo geral, que participaram direta ou indiretamente da minha trajetória acadêmica. Aos que apostaram em mim, agradeço fielmente, e aos que não acreditavam na possibilidade de que eu aqui chegasse, garanto, foi exatamente por vocês que nos momentos mais duros de uma graduação eu revigorava minhas forças para manter a cabeça erguida e confiante na missão.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a realidade que envolve ataques a jornalistas no exercício da profissão. Estes ataques podem afetar a profissão, cuja missão é prestar o serviço de informação à sociedade. A violência aos jornalistas e aos veículos de comunicação fere a constituição brasileira e, desta forma, pode indicar que o Brasil está caminhando em situação contrária à de um estado democrático. Este trabalho se estrutura a partir de um levantamento histórico e constitucional que, ao ser analisado, permite que compreendamos que só será possível que o Brasil não registre mais casos de agressões contra jornalistas quando a sociedade for conscientizada que o cerceamento da informação é crime.

**Palavras-chave:** Violência contra jornalistas; ataques; constituição; exercício da profissão;

## LISTA DE DADOS, GRÁFICOS E IMAGENS

Gráfico 1 – Número de casos registrados de violência contra jornalistas.....	07
Imagem 1 – Brasil em ranking de perigo para o jornalista.....	08
Figura 1 – Cabeçalho do jornal sentinela da liberdade.....	11
Figura 2 – Propagandas de Getúlio Vargas.....	18
Figura 3 – A confiança da população nas instituições em 2018 .....	23
Imagem 2 – Queda do Brasil em ranking da liberdade de imprensa .....	27
Gráfico 2 – Violência contra jornalistas em 2010.....	29
Gráfico 3 – Origem dos ataques a jornalistas no Brasil em 2010.....	30
Gráfico 4 – Dados da violência contra jornalistas no Brasil em 2012.....	32
Gráfico 5 – Dados da violência contra jornalistas no Brasil em 2013.....	33
Gráfico 6 – Número da violência por região, 2020.....	36
Gráfico 7 – Número da violência por tipo de mídia, 2020.....	37
Gráfico 9 – Tipos de violência à jornalistas em 2020.....	38
Imagem 3 – Matéria do G1 sobre esquemas de corrupção.....	40
Imagem 5 – Matéria da revista veja sobre desvios de verba.....	41
Imagem 6 – Impedimento dos jornalistas em noticiar problemas na saúde do RJ.....	41

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO</b> .....	07
1.1-OBJETIVO GERAL.....	09
<b>1.1.2-Objetivos específicos</b> .....	09
<b>2-PERSPECTIVA HISTÓRICA</b> .....	10
2.1-PERÍODO JOANINO.....	10
2.2-PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO.....	11
2.3-PERÍODO REPUBLICANO.....	16
<b>3- CENÁRIO CONSTITUCIONAL</b> .....	25
3.1- PROJEÇÃO TEÓRICA E REALIDADE PALPÁVEL.....	25
<b>4-JORNALISMO, CONCEITOS E DEFINIÇÕES</b> .....	28
4.1- VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS, DADOS E INFORMAÇÕES.....	28
4.2-ANÁLISE DE CASOS.....	39
4.3-JORNALISMO NA VISÃO DA SOCIEDADE.....	43
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	50

## 1-INTRODUÇÃO

A presente monografia visa discutir e identificar a situação de violência contra jornalistas no exercício da profissão, em 2020. Buscando entender o motivo pelo qual o jornalismo e os jornalistas estão vivenciando um momento crítico em sua realidade de trabalho.

Os ataques e agressões a jornalistas no ano de 2020, segundo estatísticas da FENAJ, (2021) superam os números dos últimos dez anos. Em 2010 foram 39 casos, já em 2020 foram registrados 428. (Gráfico 1)

Gráfico 1 – Número de casos registrados de violência contra jornalistas.



Fonte: FENAJ

Assim, observando os dados que serão apresentados, buscaremos identificar a realidade que causou tais ataques, analisando desde os primórdios da imprensa brasileira até os dias atuais.

A publicidade era uma prerrogativa da imprensa régia durante o período do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Ou seja, o jornalismo que era desenvolvido no período joanino, tinha unicamente a função de fazer publicidade da imagem do rei e da corte portuguesa.

É exatamente a publicidade ou o medo da mesma que talvez possa tornar-se motivo para interferir no trabalho do jornalista. O mundo tem evoluído de tal forma que em termos tecnológicos que é praticamente impossível esconder da sociedade os

crimes cometidos. Exatamente por conta da evolução da mídia, internet, redes sociais e outros, nós identificamos através das notícias veiculadas diariamente que aqueles que têm algo para esconder da população agora estão encurralados e tentam das mais diversas maneiras obstruir a informação e fazer com que o ofício de jornalista seja banalizado.

A liberdade de imprensa é garantida por lei e deve ser respeitada. No entanto segundo a UNESCO, o Brasil ocupa a 6ª posição no ranking de países mais perigosos para os jornalistas (Imagem 1).

Imagem 1 – Matéria indicando posição do Brasil em ranking de perigo para o jornalista.



Fonte: Agência Brasil

Através da manipulação da sociedade, da exposição do jornalista, da destruição verbal da imprensa por partes de pessoas públicas, das situações sensíveis ao jornalismo que findam em assassinatos, agressões físicas, agressões verbais, ameaças, depredação do material de trabalho, entre outros, podemos começar a entender as dificuldades, os ataques e as perseguições aos jornalistas durante a execução do seu ofício.

Estas informações a respeito da realidade do jornalismo no Brasil servem como referência para o estudo e norteia a nossa busca com os seguintes objetivos:

## 1.1-OBJETIVO GERAL

Identificar as situações de ataques e agressões a jornalistas no Brasil e o cerceamento da informação à sociedade.

### **1.1.2-Objetivos específicos**

Conhecer o jornalismo desde os primeiros anos da imprensa no Brasil a fim de compreender as dificuldades pelas quais a profissão passou ao longo da história.

Analisar as situações de violências acometidas aos jornalistas durante o ano de 2020.

Realizar uma pesquisa de opinião pública sobre o sentimento das pessoas em geral com relação ao jornalismo, para compreender como a sociedade vê o jornalismo hoje.

## 2-PERSPECTIVA HISTÓRICA

Neste capítulo serão apresentados dados históricos que relatam o contexto do jornalismo no Brasil colônia, imperial e republicano.

### 2.1 - PERÍODO JOANINO

Ninguém pode tentar imaginar o futuro de algo sem antes conhecer sobre seu passado. A história da imprensa no Brasil é conturbada e cheia de detalhes. Ao analisarmos este período na história nacional é possível observar que desde o começo da emancipação e independência do Brasil a imprensa foi de grande valia para a construção do novo país e seu sistema de governo como da mesma forma é a imprensa que anos mais tarde vai derrubar juntamente com outros artifícios, o modelo de governo brasileiro para criar outra realidade mais democrática.

Em 1807, o então príncipe regente português Dom João, que governava em nome de sua mãe a rainha Maria I, decide fugir do imperador francês Napoleão Bonaparte, abandonando Portugal em direção aos trópicos, traz consigo entre 10.000 e 15.000 pessoas da corte portuguesa. A chegada de dom João ao Rio de Janeiro foi registrada por Luís Gonçalves dos Santos, que não era jornalista, mas um cronista que ao observar o que gostava e o que defendia trazia para seus textos os relatos dos mais diversos acontecimentos. Luís Gonçalves dos Santos era padre e pela sua baixa estatura foi apelidado de padre perereca, no entanto o padre perereca revelou-se um excelente narrador dos fatos da corte no Rio, tanto que ao chegar em Portugal seus registros lhe renderam dois volumes do seu livro “Memórias para servir a história do reino do Brasil”.

No aniversário de 41 anos do príncipe regente, aos 13 de maio de 1808, um decreto instituía a imprensa régia. Foi através desta que circulou o primeiro jornal impresso no Brasil - até então o único jornal era o correio braziliense, impresso em Londres. A Gazeta do Rio de Janeiro, assim chamado o periódico, tinha como função principal e quase que unicamente, trazer para população notícias que favoreciam ao governo. Comunicados oficiais, vitórias em batalhas, dentre outros artefatos que elevavam a credibilidade do futuro rei e sua corte.

Segundo o documento que estabelecia a Imprensa Régia, uma junta formada por três autoridades era encarregada de “examinar os papéis e livros que se mandasse publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. De acordo com o historiador Ilmar Rohloff de Mattos, “o ato que criava a imprensa na colônia criava, também, a censura. A aplicação da censura aos livros fez com que houvesse, nessa época, um intenso contrabando de publicações para abastecer a elite letrada da corte” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2019, online).

## 2.2-PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO

Em 1822 ao ser tornado independente, o Brasil passa por diversas modificações em sua estrutura legislativa. A constituição de 1824 é promulgada unilateralmente pelo imperador Pedro I.

A primeira Constituição brasileira, outorgada pelo imperador no dia 25 de março de 1824, era uma das mais avançadas da época na proteção dos direitos civis. “Embora tivesse imperfeições, era a melhor entre as de todos os países do hemisfério ocidental, com exceção dos Estados Unidos”, afirmou o historiador Neill Macaulay.<sup>19</sup> Foi a mais duradoura constituição brasileira. Bem-sucedida ao organizar o estado e discriminar as fronteiras entre os diferentes poderes, sucumbiu apenas em 1891, substituída pela primeira constituição republicana. [...] Também assegurava plena liberdade de imprensa e de opinião (LAURENTINO, 2010, p. 219).

Mesmo com a constituição garantindo a liberdade, ainda existia a perseguição àqueles que se opunham ao império. Cipriano José Barata de Almeida foi um médico cirurgião, filósofo, político e jornalista brasileiro. Esteve voltado para questões de liberdade e assim despertou sua vocação para o jornalismo. Foi ativista na conjuração baiana, em 1817 participou da revolução pernambucana, foi deputado constituinte, em 1823 inaugurou seu jornal *Sentinela da Liberdade* na Guarita de Pernambuco.

Figura 1 – Cabeçalho do jornal *Sentinela da Liberdade*.



Fonte: Biblioteca nacional digital

Quando, em 1825, Cipriano foi perseguido e preso na fortificação do Brum no Recife, por conta da forma que escrevia em seu periódico que havia sido considerada subversiva, continuou publicando seu jornal, passando a chamá-lo de: **Sentinela da**

## **Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na Fortaleza do Brum, por ordem da Força Armada Reunida.**

Em 1835 Cipriano escreveu sua última edição deste periódico, vindo a falecer em 1838, em Natal. Outros casos semelhantes ao de Cipriano Barata foram o do paraibano Antônio Borges da Fonseca, que atuou fortemente para a abdicação de dom Pedro I, além de ativista na revolução praieira em Pernambuco, sendo o primeiro jornalista a ser enquadrado na lei da imprensa e indo a júri fez sua defesa e foi absolvido. Outro caso foi o do Jornalista e poeta Evaristo da Veiga (1799-1837), que sofreu tentativas de assassinato, dentre outros casos que também ficaram registrados.

Durante o primeiro reinado e o início do segundo, o Brasil alavancou na criação de periódicos que existiam de todas as formas e modelos. Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, entre 1827 e 1844 surgem 64 periódicos. Muitos destes fundados por políticos ou por associações que desejavam expor seus pensamentos e defender suas ideias, alguns destes não tinham periodicidade correta e muitos só tiveram uma ou duas edições. Os pasquins tinham as redações muito reduzidas e a forma de impressão muito amadora e inexperiente. Nas redações normalmente eram um pequeno grupo que se responsabilizava pelo que seria escrito e em alguns casos ficava a cargo de somente uma pessoa escrever, diagramar e imprimir o periódico. O período regencial brasileiro durou de 1831 a 1840 quando através do golpe da maioria, dom Pedro, com apenas quatorze anos foi coroado imperador do Brasil, passando a ser chamado Pedro II. O período de regência foi marcado por brigas políticas e revoltas nas províncias. Os deputados muitas vezes pertenciam aos jornais e faziam uso dos mesmos para conseguir a aprovação de leis que agradariam seus interesses pessoais.

As associações exerceram importantes funções no período regencial. A imprensa foi uma importante aliada para que estas pudessem fazer suas divulgações, comunicar reuniões, a adesão de novos sócios, expor suas propostas e reivindicações. Presenciou-se um verdadeiro surto associativo. Com a análise dos Estatutos e das notícias publicadas na imprensa em importantes jornais do período sobre as associações neste trabalho, os da Sociedade Amante da instrução e da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro. Com a pesquisa se pode constatar que as sociedades possuíam um sistema de organização e funcionamento com processos eleitorais, candidatos e duração de mandatos estabelecidos, além da presença de diferentes atores sociais (MENDES, 2014, p.4).

Em 23 de julho de 1840, para acabar com as revoltas em todo o país, o senado aprovou a maioria para dom Pedro II, que foi aclamado imperador. É neste período

que os periódicos começam a se profissionalizar e, conseqüentemente, passam a aumentar seu número de leitores. Começaram a surgir jornais para todos os públicos. Para as mulheres, para as famílias que traziam questões como moda parisiense, decoração e comportamento, este modelo de jornal é o que futuramente vem dar origem as revistas. As principais características dos jornais do império eram que, em sua maioria só tinham textos, não haviam fotos, salvo algumas gravuras. Normalmente traziam poucas notícias, muitos artigos de opinião, crônicas, movimentação dos portos e poucos anúncios.

De modo geral, o jornal começou a desenvolver-se com maior qualidade no começo da década de 1870, quando os jornais passam a utilizar os telégrafos para transmitir notícia com mais rapidez, as publicidades passaram a ser mais utilizadas nos periódicos; como farmácias, restaurantes etc. Além disso, os jornais do segundo império não tinham a frequência de publicar grosserias e ataques ao imperador, uma prática diferente em comparação com o primeiro reinado.

De maneira geral, durante 60 anos, o Brasil gozou de prosperidade e liberdade nunca vistas. Sobretudo, ao longo desse tempo, as instituições liberais, a segurança individual e a liberdade de pensamento foram qualidades predominantes no país. Valores como liberdade individual, autonomia e representatividade seriam típicos do regime monárquico brasileiro. Foi um período de progresso político e econômico em que a distribuição de renda nacional passou a beneficiar maiores parcelas da população. As leis se tornaram mais flexíveis, diminuía os poderes das autoridades, aumentavam os direitos dos cidadãos e, em plena maturidade, o imperador desempenhava seu papel de monarca constitucional, seguindo à risca a carta magna do país (TERCI, 2020, online).

Neste período o Brasil contava com cerca de 36 periódicos espalhados por todo o país. No estado de Pernambuco havia o Diário de Pernambuco, o jornal do Recife e a província.

Dom Pedro II pessoalmente tinha uma apreço pela liberdade de imprensa, no entanto pessoas de seus governos tinham adesões contrárias a essa liberdade e segundo Pedro Aguiar, professor da Universidade Federal Fluminense, existiam em algumas províncias casos de censura em que a própria polícia local mandava apreender algum periódico, fechar sedes de jornais e prender jornalistas.

Em 1874, o Brasil passa a ter uma ligação de telégrafos de forma Ultramarina, isto permitiu que notícias acontecidas na Europa chegassem ao Brasil no mesmo dia. Este cabo de telegrafo era ligado de Recife até Lisboa. O Recife repassava as notícias da Europa para todo o resto do Brasil. No mesmo período (1870), começam a surgir os jornais de caráter republicano. Após a guerra do Paraguai, a monarquia brasileira

começa a entrar em decadência. Como toda guerra, o aumento nos impostos, o relativo escanteamento do exército, além de que outros fatores, acarretaram o começo da queda do império.

Aos poucos o império brasileiro vai desmoronando, de modo geral a população do Rio de Janeiro gostava bastante do imperador e tinha nele uma figura de estabilidade política. Inúmeros historiadores afirmam que o Brasil em seu segundo reinado não vivenciou nenhuma crise política ou social que fosse realmente grave. Existiam, porém, pessoas que não se agradavam da forma de governo e buscando uma alternativa para tentar governar o Brasil resultaram em apostar cada vez mais na república e a melhor forma de propagandear esta ideia era a imprensa. A situação para o imperador ficou cada vez mais incontrolável após sua filha a princesa Isabel, durante um período de regência enquanto seu pai estava em tratamento médico na Europa, assinou a Lei Áurea que libertou os escravos.

A abolição da escravidão no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Porém, os escravos foram libertos sem que os donos de fazenda de café fossem indenizados por causa da abolição. Isso fez com que os cafeicultores abandonassem Dom Pedro II e apoiassem a causa republicana. Esses cafeicultores que abandonaram o apoio a Dom Pedro II nos últimos momentos do Segundo Reinado foram apelidados na época de “republicanos de última hora” (HIGA, não datado, online).

## 2.3 - PERÍODO REPUBLICANO

A conjuração estava por todo lado. Conspirava-se nas casas particulares, nas escolas, nas redações dos jornais, nos salões e nas confeitarias da rua do Ouvidor, nas praças públicas e nos teatros líricos. Conspirava-se principalmente nos quartéis do Exército (LAURENTINO, 2013, p. 40)

Na manhã do dia 15 de novembro de 1889 as tropas foram para as ruas com alguns civis que compreendiam o que estava acontecendo. O resultado foi a Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca que mesmo dias antes estando frágil e muito debilitado, apareceu para a surpresa de todos, de uma forma revigorada dando ordens e organizando as tropas.

Logo em seguida começaram a aparecer os civis, incluindo o jornalista Quintino Bocaiúva, que montava um cavalo também emprestado pelas tropas rebeladas. Uma ausência notada foi a do advogado Silva Jardim, um dos homens que nos meses anteriores mais se empenharam na propaganda republicana percorrendo o país para fazer conferências e fundar clubes e jornais favoráveis à nova causa. Desafeto de Quintino Bocaiúva, Silva Jardim não foi avisado da movimentação das tropas e perdeu a chance de testemunhar o momento mais crucial da Proclamação da República (LAURENTINO, 2013, p. 54).

A república foi proclamada e a família imperial brasileira jamais voltaria a pisar no seu país. O plano dos opositores do imperador Pedro II de começar um novo país começou a ser construído. A partir a Proclamação da República o Brasil começava de novo, do zero. Em 1891 foi promulgada a segunda constituição brasileira, a constituição republicana. O Brasil a partir daquele momento passava a escolher seu principal líder nacional, o presidente. Também foi elaborada a nova forma de governo extinguindo o poder moderador que era uma atribuição exclusiva do imperador, o Brasil seria governado pela união dos três poderes que já existiam desde 1824. Legislativo, Executivo e Judiciário. Também houve a separação da igreja e do estado, assim a igreja católica teria sua independência sem a intervenção do governo e por consequência deixaria de ter o prestígio de funcionar como o “cartório brasileiro”. A nova constituição dava fim também ao voto censitário que era atribuído a renda, apesar de que muitos brasileiros ainda não podiam votar mesmo com seus direitos garantidos pela nova constituição. No âmbito da imprensa podemos observar que:

Nas primeiras décadas do período republicano [...] a Imprensa Nacional passou por algumas transformações. Tais alterações refletiram o aumento da produção do órgão, apesar das verbas consideradas insuficientes pelos diretores em seus relatórios. A primeira delas ocorreu com o decreto n. 1.541-C, de 31 de agosto de 1893, que definiu como sua estrutura a Seção Central e a Seção de Artes, formada por Tipografia, Estamparia, Serviços Acessórios, Fundação de Tipos, Oficina de Máquinas, Oficinas de Composição e Impressão e o Serviço de Distribuição do Diário Oficial.

Em 1902, o decreto n. 4.680, de 14 de novembro, aprovou novo regulamento, que reorganizou o órgão, cujas atribuições consistiam na publicação e na impressão de leis e decretos, trabalhos gráficos e acessórios provenientes das repartições e estabelecimentos públicos da Capital Federal, mediante a devida indenização, a venda dos atos governamentais em coleções ou avulsos, a edição do *Diário Oficial* e dos *Anais do Congresso Nacional*, e trabalhos para governos estaduais, câmaras municipais e particulares (ARQUIVO NACIONAL, 2018, online).

A imprensa, sendo oficializada como algo que é importante para uma nação ainda teria muito o que vivenciar para garantir seus direitos do que hoje chamamos de liberdade de imprensa. Agressões, ameaças e banalização do trabalho jornalístico sempre existiram. O Diário de Pernambuco, jornal mais antigo em circulação da América Latina, vivenciou um fato em de 1911 ano de eleição para o governo do estado, disputado pelos candidatos Rosa e Silva e Dantas Barreto.

Foram dias verdadeiramente temerosos os que se seguiram a decisão eleitoral que derrotaram o general Dantas Barreto. Os redatores do jornal, entre eles Elpídio de Figueiredo, que havia sido chefe de polícia anteriormente, França Pereira, Oscar pereira, o jovem repórter Assis de Chateaubriand e os demais empregados do jornal, operários e até “gazeteiros” tiveram que se defender aguçados por ameaças de agressão visivelmente amedrontadoras. Por duas vezes o Diário teve rasgadas e insultadas as suas edições em plena rua. Depois a ação dos “dantistas” em desespero combinaria com ataque direto ao interior da antiga folha - A primeira violentação diretamente material que haveria de sofrer, nos seus 85 anos de existência, o Diário de Pernambuco. Os indivíduos de identidade jamais reconhecida penetraram-lhe as oficinas, empastelaram-lhe as composições, derramaram caixetas de tipos, depredaram máquinas imóveis. O tumulto foi tão grande que provocou uma reviravolta nos resultados eleitorais. O poder militar levou a renúncia de Estácio Coimbra, então vice-governador em exercício, e seu substituto mandou recontar os votos. Rosa e Silva saiu da refrega derrotado (SANTANA, 2012, p. 29)

Esta não seria uma realidade exclusiva do Diário de Pernambuco ou do estado de modo geral. Quando os jornais encabeçaram um viés político de ataques impressos aos seus opositores, diversos outros casos aconteceram país a fora. A imprensa sempre passaria por mudanças, coisa que até os dias atuais passa. Não seria diferente com a chegada do governo de Getúlio Vargas que colocaria a imprensa sob a supervisão do ministério da justiça e negócios interiores. Vargas sempre teve uma relação muito desgastante com a imprensa. Jornais brasileiros atacavam diretamente o presidente de forma clara e direta, talvez, tendo observado não muito distante que a imprensa conseguiu derrubar a forma de governo mais duradoura do Brasil, o império, Vargas começa a combater a liberdade que os jornais tinham, para assim evitar que seu nome fosse manchado. Cria-se então no ano de 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para substituir o Departamento

Nacional de Propaganda (DNP). O DIP tinha como principal função organizar e coordenar a propaganda nacional tanto internamente quanto externamente, além de organizar os serviços turísticos e promover caso fosse necessário a censura a teatros, cinema, esportes, rádios e jornais. Também tinha como objetivo estimular o espírito patriótico da população, evitar que notícias nocivas brasileiras fossem divulgadas no exterior e elevar e credibilizar cada vez mais a figura do chefe nacional Getúlio Vargas.

Contando com uma estrutura bastante complexa, a eficácia do DIP na realização de seus fins se fez sentir rapidamente. O culto à personalidade e a construção de imagens idealizadas de Getúlio Vargas veiculadas pelo DIP - como, por exemplo, a de "pai dos pobres" - ajudaram a consolidar em pouco tempo o poder do ditador. O DIP promoveu concursos de monografias, garantindo às obras premiadas, nitidamente de caráter apologético, publicação e divulgação por todo o país. [...] Além disso, cabia ao DIP distribuir a fotografia oficial do presidente Vargas, não só nas repartições públicas, mas também em colégios, clubes, estações ferroviárias, casas comerciais etc. (ARAÚJO, não datado, online).

Figura 2 – Propagandas de Getúlio Vargas, DIP.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

O poder do DIP começou a ruir com a proximidade do fim da guerra e a vitória dos aliados. Avaliada a inexecutabilidade dos objetivos para os quais havia sido criado, e diante da crescente pressão popular pelo fim de todos os órgãos cerceadores da liberdade criados durante a vigência do Estado Novo, o DIP foi extinto em 25 de maio de 1945 (ARAÚJO, não datado, online).

Com o fim da primeira era Vargas, o Brasil passaria por mudanças nunca vistas antes. Uma Nova constituição foi outorgada no ano de 1946. Os sucessores de Vargas foram os presidentes José Linhares e Eurico Gaspar Dutra. Nesta nova constituição foram preservados os direitos sociais da população que foram gradativamente adquiridos desde a década de 30. Também definia o que podiam ou não fazer cada um dos três poderes, permitia as eleições com voto secreto, definia limites de reeleição e anos dos mandatos dos gestores, prometia a liberdade de imprensa e principalmente, trazia em seu texto a palavra democracia.

Em 1951 Vargas retorna ao poder e não utilizou da imprensa para se promover durante as campanhas, sendo estas, feitas pelo chamado boca a boca. Propagandas feitas por carros de som, alto falantes, caminhões e pessoas de modo geral que desejavam seu retorno.

A imprensa, na verdade, atacou violentamente as propostas políticas, econômicas e sociais do candidato Vargas. Essa recusa em apoiar a volta de Vargas estava referenciada principalmente ao período do Estado Novo, quando se criou uma imagem negativa do ditador entre intelectuais e jornalistas. Estes últimos se lembravam de que a Constituição de 1937 abolira a liberdade de expressão do pensamento e de que todos os meios de comunicação foram então submetidos à censura. Para divulgar as realizações de seu governo, Vargas incentivou a criação da Última Hora, jornal inovador que introduziu uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil. A oposição a Vargas se intensificou a partir de 1953 e teve na imprensa a liderança dos jornalistas Carlos Lacerda, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa, e Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados. Carlos Lacerda utilizou, além do seu jornal, a Rádio Globo e a Rede Tupi de televisão, esta, pertencente aos Diários Associados (DE ABREU, não datado, online).

A forte oposição ao presidente - findou em um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda em agosto de 1954, o que fez com que o jornalismo, de modo geral, abordasse em seus editoriais, o descontentamento com Getúlio Vargas e o pedido de afastamento do presidente.

Jornais como o Diário Carioca, o Diário de Notícias, O Estado de S. Paulo e o Correio da Manhã, mesmo adotando um discurso de defesa dos preceitos formais do regime democrático e buscando soluções dentro da lei, nunca aderindo, portanto, a um golpismo declarado, fizeram dura oposição ao governo Vargas, antes e depois do atentado a Carlos Lacerda. Esses jornais evoluíram ao longo da crise, passando, logo após o atentado, a acusar o presidente da República de responsável pelo crime da Tonelero e a pedir sua renúncia. Já os jornais O Globo, O Jornal e Folha da Manhã tiveram um comportamento menos emotivo e mais objetivo no tratamento dos acontecimentos. Em nenhum momento esses jornais atribuíram a Vargas a responsabilidade direta pelo atentado, e muito menos advogaram uma solução unilateral ditada pelas Forças Armadas. O apelo à renúncia só ocorreu às vésperas do suicídio. A população foi informada do suicídio de Vargas pelo rádio. Foi o Repórter Esso, da Rádio Nacional, que, em edição extraordinária, deu a notícia. [...] o jornal Última Hora foi o primeiro a sair com a notícia, em duas edições extras. O Globo e a Tribuna da Imprensa tiveram dificuldade de circular, pois a população tentou impedir sua distribuição, mas de toda forma noticiaram com destaque o ocorrido (DE ABREU, não datado, online).

Após o suicídio de Getúlio Vargas, o Brasil viveu uma instabilidade política na incerteza de quem governaria o país. Vargas foi sucedido por Café Filho, que passou um pouco mais de um ano na presidência, seguido por Nereu Ramos que ficou 81 dias. Até que aos 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek (JK) foi eleito para o mandato de 5 anos. Com um Slogan de 50 anos em 5, JK revolucionou o Brasil ao começar a

realização de um dos projetos mais antigos do país, transferir a capital para o Planalto Central.

Os anos JK foram marcados por mudanças significativas na imprensa brasileira, com a introdução de novas técnicas de apresentação gráfica, inovações na cobertura jornalística e renovação da linguagem. Foi nesses anos que o Diário Carioca, jornal do Rio de Janeiro, introduziu o lead e criou em sua redação uma equipe de copidesque que passou a desempenhar papel formador de novos quadros para o jornalismo. Foi nesses anos, também, que se fez a reforma do Jornal do Brasil, tão importante para se entender as transformações subsequentes nos jornais de todo o país (DE ABREU, não datado, online).

Nota-se, a partir deste período, que o jornalismo começa a não mais levar diretamente críticas abertas e sim de forma imparcial, leva até o leitor ou radiouvinte a notícia completa apresentando ideias e suposições para que seu espectador tenha parte na conclusão da notícia, podendo interpretar e compreender sem que sofra uma pressão tendenciosa para uma posição política.

Na segunda metade da década de 1950, a imprensa brasileira começou a abandonar uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião. Essa forma de jornalismo político convivia com o jornalismo popular, que tinha como característica o grande espaço para o fait divers, para a crônica e para o folhetim. A objetividade da linguagem não era uma preocupação. Gradualmente, passou-se a praticar um jornalismo que privilegiava a informação, que separava o comentário pessoal da transmissão objetiva da notícia. O crescimento dos jornais e revistas passou também a depender mais da publicidade do que dos anúncios classificados. Ainda nesse período predominavam os jornais vespertinos, mas, com a chegada da televisão, sobretudo a partir dos anos 60, eles foram cedendo o lugar aos jornais matutinos (DE ABREU, não datado, online).

Após o Período de JK, o Brasil se encontraria numa situação semelhante à da década de 50. Novamente, presidentes da república não concluíram o mandato de 5 anos. Foram estes: Jânio Quadros (206 dias), Ranieri Mazzilli que sucedeu a Jânio por 13 dias por ser presidente da Câmara dos deputados e João Goulart (2 anos e 208 dias). João Goulart estava em viagem na República popular da China quando o Presidente Jânio Quadros renunciou, Sendo Jango seu vice, era sua obrigação assumir o País. No entanto as ideias de Jânio e Jango eram muito distintas. João Goulart apontava como um discípulo de Getúlio Vargas, com ideais semelhantes. Apontava para causas sociais como reformas de base, Reformas administrativas, universitárias e o que mais desagradava a elite agrária, latifundiária e parlamentar brasileira da época, a reforma agrária.

Desde 1947 o mundo estava atento aos acontecimentos da guerra fria. Mesmo sem conflitos armados a polarização era de tal modo que tantos os americanos quanto os soviéticos buscavam apoios de outros países, cada um defendendo sua ideologia.

No Brasil, intimidados pelos americanos, o medo do socialismo se espalhou pelo país e ao menor sinal de alguém que se colocasse em posições sociais ou de causas humanitárias era rotulado quase que automaticamente como comunista. Em 1964, com a iminência de João Goulart entregar o país a estas ideias, o exército brasileiro com a influência dos Estados Unidos, instalou um golpe e proclamou o governo militar brasileiro que viria durar 21 anos (1964-1985). Durante este período foram 5 mandatos de presidentes militares e 16 atos institucionais que passaram por cima da constituição vigente e colocaram em prática situações de desvalorização dos direitos humanos e da democracia, passando assim, este período a ser chamado de ditadura militar.

Em 2014, documentos liberados pelos Estados Unidos – e investigados pela Comissão Nacional da Verdade – revelaram que mais de 300 militares passaram uma temporada na Escola das Américas (o instituto de guerra dos Estados Unidos no Panamá). Lá, entre 1954 e 1996, os militares brasileiros tiveram aulas teóricas e práticas sobre tortura. Além disso, gravações liberadas pela Casa Branca das conversas entre o ex-presidente John Kennedy e o embaixador do Brasil no momento – Lincoln Gordon – comprovam o envolvimento estadunidense na ditadura militar brasileira (POLITIZE, 2021, online).

Durante os anos de ditadura militar, a repressão, a censura e os atentados à dignidade da pessoa humana foram tão grandes que diversos setores foram acusados de serem ou manterem relações com o comunismo. Dom Helder Câmara foi transferido para Olinda e Recife no ano de 1964 e logo nos primeiros momentos de sua atuação como arcebispo, ganhou o apelido de Bispo Vermelho.

O momento mais duro da ditadura militar foi no ano de 1968 quando o Ato Institucional Nº 5 foi promulgado. O AI-5 determinou o fechamento do congresso nacional e permitia a partir daquele momento que o governo poderia intervir em estados e municípios para punir da forma que fosse viável aqueles que fossem inimigos do governo ou considerados como tal. Neste período ditatorial, levantar-se contra o governo ou simplesmente noticiar que haviam intimidações, perseguições e torturas era motivo suficiente para sofrer as mesmas coisas que eram veiculadas. Em 2014 a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) recebeu um relatório da comissão de anistia que foi entregue à comissão da verdade e memória dos jornalistas, comissão pertencente à FENAJ. Este relatório conta os estudos de 50 casos de jornalistas que foram perseguidos pela ditadura nos anos de 64 à 85 e buscou detalhes sobre os fatos acontecidos, desde a trajetória política dos jornalistas perseguidos até a situação em que cada caso concretizou-se.

Para o jornalista e presidente da Comissão da Memória e Verdade da FENAJ, Audálio Dantas, o trabalho mostra que o exercício profissional se tornou um risco durante o regime militar. “Não é o fato de serem jornalistas, mas de serem pessoas que prestaram serviços de interesse público, de levar a informação, de trazer a verdade dos fatos”, disse (NASCIMENTO, 2021, online).

Tabela 1 – Jornalistas mortos durante a ditadura.

Lista de jornalistas mortos durante a ditadura militar brasileira.	
Antonio Benetazzo	Jornalista e professor
Carlos Alberto Soares de Freitas	Jornalista e estudante
Carlos Nicolau Danielli	Jornalista, político e operário
Djalma Maranhão	Jornalista e político
Édmur Péricles Camargo	Jornalista
Elson Costa	Jornalista e político
Geraldo Magella Fernandes Torres da Costa.	Jornalista e poeta
Gilberto Olímpio Maria	Jornalista
Hiran de Lima Pereira	Jornalista e ator
Elcio Pereira fortes	Jornalista, Político, estudante e Ativista
Leda Santos Delgado	Jornalista, advogada, serv. Pública
Israel Tavares roque	Editor de jornal e contador
Jaime Amorim Miranda	Jornalista e advogado
Joaquim Câmara Ferreira	Jornalista
José Lima Piauhy dourado	Fotógrafo cinegrafista
Lincon Cordeiro Oest	Jornalista e tabelião
Luiz Eduardo Merlino	Jornalista
Luiz Ignácio Maranhão filho	Jornalista, professor e advogado
Mário Alves	Jornalista e político
Norberto Armando Haberberger	Jornalista
Rui Osvaldo Aguiar pfützenreuter	Jornalista
Sônia Maria de Morais angel Jones	Fotógrafa
Thomás Antônio da Silva Meirelles Neto	Jornalista
Walter de Souza Ribeiro	Jornalista
Wânio José de Matos	Jornalista
Vladimir Herzog	Jornalista e Político

Fonte: Relatório da comissão nacional da verdade

Estes dados que foram apresentados compõem o relatório nº3 da comissão nacional da verdade de 2014, que trata dos mortos e desaparecidos por questões políticas no período do regime militar do Brasil. O relatório mostra que os jornalistas eram vigiados pelo governo e apresenta casos em que o governo mandava os veículos de comunicação demitirem jornalistas que estavam atacando regime militar. Talvez, a sorte destes que foram demitidos tenha sido diferente, por mais que censurados e impedidos de exercer sua profissão, conseguiram preservar algo que seus colegas de profissão não conseguiram, a vida. Estes que de toda forma sofreram com a censura, podem hoje servir de referência para um estudo mais aprofundado sobre os casos de inconstitucionalidade e de ataque direto aos direitos humanos praticados naquela época.

Em 1985, quando o último presidente do regime militar (João Figueiredo) deixou a presidência e o governo brasileiro foi devolvido aos civis, o Brasil parou para novamente se reconstruir. Existiam e ainda existem aqueles que apontam que o governo militar em termos econômicos, deixou o país em uma situação favorável e estável. Ainda hoje podemos observar que o exército brasileiro tem a confiança da maioria da população (Figura 3). A disciplina e a postura comprometida e patriótica encanta e desperta nas pessoas uma admiração por esta instituição como mostra o gráfico da Fundação Getúlio Vargas de SP.

Figura 3 - A confiança da população nas instituições em 2018



Fonte: Direito FGV-SP

No entanto, na década de 1980, a população brasileira estava alerta e menos subserviente às ações do governo. Com a maior adesão popular aos movimentos sociais, começou no ano de 1983 o enfraquecimento do regime militar, os brasileiros conseguiram a vitória para a maioria dos civis nas eleições de 1974 e vislumbraram aí a possibilidade do fim do período de ditadura. Quando Tancredo neves foi eleito os brasileiros vibraram pela possibilidade de depois de 21 anos de ditadura, terem novamente seus direitos de volta. No entanto com a morte de Tancredo antes de sua posse, ficou a cargo de José Sarney encabeçar o projeto de redemocratização do Brasil. Foi em 1987 que o deputado federal Ulysses Guimarães deu início a assembleia constituinte que duraria um pouco mais de um ano e traria para a população brasileira a carta magna da nação que voga até os dias atuais. Esta constituição buscou garantir para os brasileiros, os direitos que são inalienáveis a condição humana. Em meados de 2016 então presidente Michel temer disse: “Sabíamos em 88 que um estado democrático é um estado de direito. No entanto para deixar evidente que a nossa proposta era garantir a todos o que já lhes pertencia, passamos a chamar a nova república de um estado democrático de direito.”

A constituição de 1988, torna-se cada vez mais atual. Com as emendas parlamentares, leis são modificadas rotineiramente para deixar mais claro para a população quais são seus direitos e seus deveres. Assim, nesta perspectiva histórica, podemos entender que a população juntamente apoiada com a imprensa brasileira a curto ou a longo prazo, conseguem transmitir a mensagem que desejam buscando cumprir seus deveres e garantindo seus direitos.

### **3- CENÁRIO CONSTITUCIONAL**

Neste capítulo serão apresentadas as leis brasileiras e pontos importantes do código de ética do jornalismo; ao mesmo tempo observando a realidade vivenciada pela imprensa, divulgadas nas mídias sociais.

#### **3.1- PROJEÇÃO TEÓRICA E REALIDADE PALPÁVEL**

Para pensarmos, como citado no capítulo passado, em estado democrático de direito, é necessário compreender o significado destas palavras e qual a função que um estado democrático tem de realizar para permanecer sendo considerado isto. Num cenário constitucional, que rege a nação brasileira, sobre o óculo dos direitos e deveres de cada cidadão. É função do poder legislativo criar as leis, do executivo colocar em prática e do poder judiciário regulamentar a legalidade das leis e execuções das mesmas, além de julgar aqueles que a descumprem.

A constituição atual, promulgada no ano de 1988 durante o mandato do presidente José Sarney, é o principal documento organizacional do país. É através deste, que o estado brasileiro garante aos seus cidadãos os seus direitos que pela nossa constituição são inalienáveis a cada pessoa. Todos nós somos diferentes e pensamos diferentes uns dos outros. Por mais que nossas ideias sejam semelhantes, cada qual tem uma visão diferente sobre algo e sobre o que pode ser feito para melhorar a realidade do país. A constituição de 1988 em seus nove capítulos, fez com que de forma clara, a sociedade entendesse que seus direitos estariam garantidos. Esta constituição, neste ano de 2021 completará 33 anos de promulgação. Até setembro do ano passado, 2020, foram realizadas ao todo 116 emendas e acréscimos para deixar mais claro o que tal artigo ou parágrafo quer transmitir ou simplesmente modificar algo para que mais pessoas tenham acesso a tal direito dependendo do contexto em que se enquadra. Também chamada de constituição cidadã, a carta magna do Brasil é uma porta de entrada dos direitos humanos. Em seu primeiro capítulo, dos artigos 1º ao 4º podemos citar grandes evoluções se comparadas as outras seis outras constituições que foram promulgadas antes desta. As evoluções referem-se à dignidade da pessoa humana como ela é, sem precisar que alguém defina o modo dela viver. Como foi dito acima, todos nós somos diferentes e a constituição de 1988 compreende esta realidade e permite aos brasileiros que sejam eles mesmos, simplesmente definindo o que é legal ou não, separando o certo do errado.

No artigo 5º da constituição, observamos o ponto principal de uma democracia, todos são iguais. Igualmente ao decorrer da constituição observamos pontos estratégicos para evitar situações semelhantes que anteriormente foram vividas como a tortura, privação de direitos por motivos de religião, filosofia ou política, privação da expressão, liberdade intelectual, política e de comunicação. No que se refere propriamente ao ofício jornalístico, temos de forma concreta a permissão para exercer a função quando se diz que é assegurado a todos o direito da informação (Inciso XIV). Temos ainda a possibilidade, caso venha a ser necessário, o sigilo da fonte. No inciso XXXIII temos ainda a obrigatoriedade do governo de ser transparente quando não se tratar de um segredo de estado que possa intervir em diplomacia ou segurança nacional.

Com base nestas leis, o jornalismo atua levando para a sociedade as informações que são de interesse em geral. É direito do cidadão receber estas informações e é dever da sociedade em geral, respeitar, mesmo que não concordando com o que está sendo divulgado. Assim se vive na democracia.

A liberdade de imprensa é na verdade uma parte que compõe a liberdade de expressão. Quando esta liberdade é censurada ou quando alguém não concorda com o que está sendo apresentado para a sociedade e parte para o enfrentamento de forma ilegal, está pondo em prática o que alertou Alexandre Melo Franco Bahia que deixa bem claro que tal atitude torna-se discurso de ódio, além claro, mais gravemente ainda, o descumprimento da lei. Ainda na mesma constituição, para garantir mais ainda os direitos jornalísticos o Cap. 5 no artigo 220, garante a legitimidade do ofício e define as leis para regerem a comunicação social.

O Código de Ética dos Jornalistas, escrito em 1987 e adaptado de acordo com a constituição de 1988, amarrou e definiu de forma mais clara a função do jornalista e seus deveres para com a sociedade, definiu que o jornalista deve divulgar o que é do interesse público, que deve lutar pela liberdade de expressão, que deve ser contra o autoritarismo e combater e denunciar o que for necessário para o bem dos brasileiros.

Apesar das leis, dados do Repórteres sem Fronteiras divulgados pelo portal de notícias G1 (2021) indicam que o Brasil enfrenta queda no ranking de países com liberdade de imprensa. Em 2021, passou para a 111º lugar, perdendo 4 posições em relação ao estudo anterior (imagem 2).



#### **4- JORNALISMO, CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Este capítulo estudará, com base nos relatórios da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), os principais dados de violência, ataques e agressões a jornalistas no período de 2010 a 2020.

##### **4.1- VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS, DADOS E INFORMAÇÕES**

Analisamos que ao ser instituída a liberdade de imprensa em 1824, os jornais passaram a expor diferentes pensamentos sobre cada projeto político. A parcialidade era notória durante este período, afinal, os membros das redações jornalísticas do Rio de Janeiro e posteriormente de todo o país, tinham outras funções sociais como: políticos, militares, médicos, dentre outras profissões. Em 1947 quando surge a primeira faculdade voltada para o jornalismo, podemos a partir deste momento, ver a profissionalização acontecer, mesmo com ideias muito diferentes das atuais. Com o momento de redemocratização nós observamos os projetos da constituição que garantiram o direito de exercer a profissão e juntamente ao código de ética que apontou para o setor de comunicação as melhores formas de permanecer imparcial e correto perante a notícia.

Contudo, por que o jornalista nos últimos anos tem sofrido cada vez mais retaliações e impedimentos de exercer sua função? O que motiva as agressões que cada vez são mais frequentes na vida do profissional da comunicação? E o que pode ser feito para impelir tais ações?

Como abordado na perspectiva histórica, a violência contra jornalistas é um fato histórico. Desde os primórdios do jornalismo, no nosso país, observamos o agravamento destas situações. Um período bastante conturbado para quem exercia a função foi o período do regime militar.

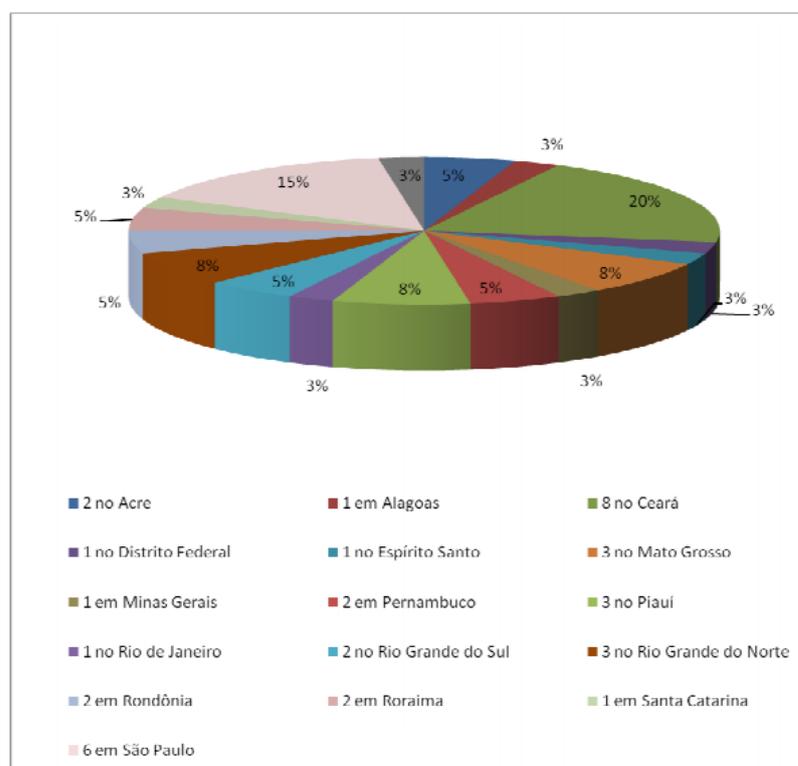
A imprensa foi alvo da censura durante a ditadura instaurada pelo golpe civil-militar de 1964, que assumiu múltiplas formas: a lei da imprensa de 1967, a censura prévia, em 1970, a autocensura. Tratando-se, por princípio, de violação à liberdade de expressão, direito essencial e elementar da democracia, atingiu a imprensa de maneira diferenciada uma vez que o termo refere-se a um conjunto muito amplo e variado de órgãos de informação (REIS e ROLLEMBERG, não datado, online)

No entanto, as situações de violência aos jornalistas após a democratização (após a garantia do direito de exercer livremente a profissão) tem aumentado gradativamente ao longo dos anos. Isso significa um descrédito da função do

jornalismo, da pessoa do jornalista ou da instituição em que se encontram trabalhando?

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) faz um relatório anual sobre os mais diversos casos de violência no Brasil. O documento busca principalmente difundir casos de ameaças, agressões e outras formas de violência. A orientação do órgão é no sentido de os profissionais não se calarem diante dos problemas, fazerem valer seu direito para que, desta forma, consigam fazer com que a lei seja cumprida. Para entendermos melhor a situação de agravamento dos casos no país, vamos observar situações ocorridas entre os anos de 2010 e 2020, conferindo dados gráficos, principais motivos, autores de agressões e quais providências foram tomadas após tais situações. Utilizando o material disponibilizado pela FENAJ, observamos os gráficos do ano de 2010 (gráfico 2). O primeiro aponta que, naquele ano foram registrados 39 casos de agressões, sendo o Nordeste a região que lidera com 17 ataques, como diz o relatório da FENAJ, “o vergonhoso ranking”.

Gráfico 2 - Violência contra jornalistas, em 2010



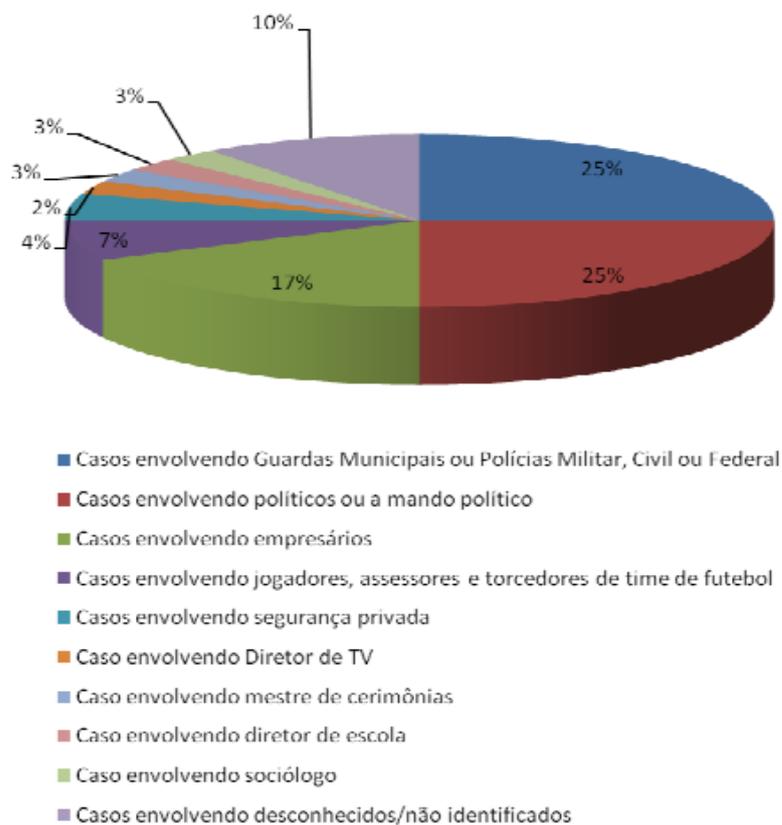
Fonte: Fenaj

O trabalho dos jornalistas no Brasil ainda incomoda muitos setores que, incapacitados de conviver com a democracia, julgam-se no direito de bater, prender, insultar e, em alguns casos, até matar. Este relatório apresenta os casos mais variados. Apresenta várias tentativas de intimidação por

ameaças, detenção e atentados. Indica que o poder público não só mostra-se incapaz de cumprir seu papel de punir os responsáveis pelas agressões, como, em muitos casos, é agente dessas violências que acontecem na maioria dos estados brasileiros. (FENAJ, 2011, p.11).

O trecho retirado do relatório de 2010, denuncia que o poder público muitas vezes é o responsável pelas situações de agressões dos jornalistas (gráfico 2). Não se trata de uma instituição de forma geral declarar guerra ou intervir diretamente no trabalho dos jornalistas. Sabemos que todos os órgãos brasileiros contribuem sob os olhos da lei para que tudo seja executado sem ferir a constituição. Quando uma pessoa age impulsivamente, atacando algum jornalista, por mais que venha a ser julgado não só pela lei nacional, mas também pelo conselho de sua profissão, não poderá dizer-se que aquela instituição foi a responsável pela agressão. Por isso cada fato deve ser minuciosamente estudado. Em 2010, o maior número de casos registrados foram os relacionados aos poderes públicos. As maiores porcentagens de agressões aconteceram enquanto os jornalistas noticiavam algo envolvendo administração pública, realidades sociais, urbanas e rurais, além de situações envolvendo a ação da polícia ou do poder judiciário.

Gráfico 3 - Origem dos ataques a jornalistas, no Brasil, em 2010.



Fonte: Fenaj

Em 2010, a mídia que mais sofreu com esses problemas foi o do jornal impresso, seguido da televisão, rádio, blogs e casos sem identificação. Vale salientar que, quando o relatório da FENAJ apresenta dados sem identificação, significa que uma pessoa representava um ou mais veículos ou estava em uma situação diferente das demais, o que impediu a classificação deste caso junto com os demais.

Um exemplo de violência contra jornalistas, naquele ano de 2010, foi a praticada contra Francisco de Medeiros.

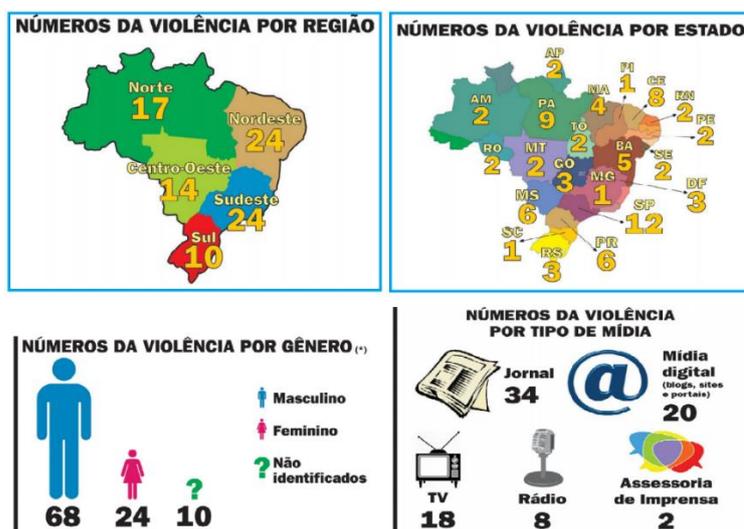
Francisco Gomes de Medeiros – Caicó – 18 de outubro. O jornalista e radialista foi assassinado na calçada de casa. Segundo investigações, duas pessoas chegaram numa moto e abriram fogo. Atingido por três tiros fatais, foi levado para o Hospital Regional, mas não resistiu aos ferimentos. F. Gomes, como era conhecido, denunciava crimes com notícias publicadas no seu blog ([www.fgomes.com.br](http://www.fgomes.com.br)). Durante muitos anos, o jornalista foi correspondente dos jornais Diário de Natal e Tribuna do Norte, na região do Seridó. Um pouco antes de sua morte denunciou uma suposta troca de votos por 'crack', no primeiro turno das eleições em Caicó. A matéria teve repercussão nacional e o Ministério Público Estadual passou a investigar (FENAJ, 2011, p.17).

A tragédia envolvendo o jornalista repercutiu em todo o país. Francisco de Medeiros foi morto por fazer denúncias envolvendo uma situação política e social. O desfecho deste caso foi a prisão do assassino.

Ao seguirmos com a avaliação dos casos, observamos imediatamente o aumento dos casos de violência contra os jornalistas no ano de 2011. No período de um ano, foram registrados 62 casos, 23 a mais do que em 2010. Novamente o Nordeste lidera o ranking de ataques e agressões a jornalistas, sendo somente esta região responsável por 32% dos casos, de acordo com o relatório da FENAJ do ano de 2011. Também avaliamos a situação da região Norte do país, que um ano antes havia registrado quatro casos e em 2011 registrou 14. Mais gritante ainda, é o agravamento nos casos de assassinatos, no ano anterior foi registrado, como citado anteriormente, somente um caso, enquanto em 2011 foram registrados seis assassinatos a jornalistas. Neste ano de 2011, dos 62 casos registrados, 72% correspondem a ataques a jornalistas do gênero masculino, isso significa que foram registrados 57 casos de agressões a homens enquanto as mulheres ficaram com 23%, casos que ambos os sexos foram agredidos correspondem a 5%. Ainda em 2011, a mídia que mais sofreu com a situação de violência foi o veículo impresso, seguido da televisão, internet e rádio. Igualmente aos veículos, os profissionais que sofreram algum tipo de violência são separados por área de atuação, sendo o profissional de texto o mais afetado, seguido pelos profissionais de imagem e de assessoria de imprensa.

No ano de 2012, os jornalistas brasileiros foram vítimas de diversos tipos de agressões, de ameaças à violência extremada dos assassinatos, totalizando 81 casos de violência, que se constituem atentados à liberdade de expressão e de imprensa. Três jornalistas foram mortos em razão de sua atividade profissional, assim como sete profissionais da comunicação (radialistas e/ou donos de pequenos veículos de mídia). Outros dois jornalistas foram assassinados, mas as investigações apontaram que não houve relação com o exercício da profissão; portanto, não estão computados como casos de atentado à liberdade de expressão e de imprensa. Houve também 31 casos de agressões físicas, quatro casos de agressões verbais e 15 casos de ameaças e/ou intimidações. Muitos dos casos de agressões físicas foram agravados pela destruição de equipamentos e ameaças. (FENAJ, 2013, p.7)

Gráfico 4 – Dados da violência contra jornalistas, no Brasil em 2012.



Fonte: Fenaj

Nestes gráficos, analisamos que a situação do jornalismo brasileiro vem se agravando. Os dados apresentados mantêm o mesmo padrão observado desde o começo. Empatadas, a região Nordeste e Sudeste, lideram em números de agressões. Os homens correspondem ao maior número de profissionais que sofreram algum tipo de violência e o jornal impresso é o veículo mais afetado com esta situação.

O fenômeno das agressões a jornalistas durante as manifestações de rua ocorridas em 2013 fez os números da violência contra os profissionais darem um salto. Foram 189 casos de agressões, sendo 147 ocorridas nos protestos populares de rua. Este número é 133% maior do que o total de 81 casos registrados em 2012, ampliando ainda mais os sinais de alerta (FENAJ, 2014, p.6)

Gráfico 5 - Dados da violência contra jornalistas, no Brasil em 2013.

<b>OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL</b>		
<b>ASSASSINATOS</b> 2 jornalistas; 4 profissionais da comunicação	<b>3,18%</b>	
<b>AGRESSÕES FÍSICAS</b> 8 casos	<b>4,23%</b>	
<b>AGRESSÕES VERBAIS</b> 6 casos	<b>3,18%</b>	
<b>AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS DURANTE MANIFESTAÇÕES</b> 147	<b>77,78%</b>	
<b>AMEAÇAS/INTIMIDAÇÕES</b> 5 casos	<b>2,64%</b>	
<b>CERCEAMENTO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO POR MEIO DE AÇÕES JUDICIAIS</b> 7 casos	<b>3,7%</b>	
<b>IMPEDIMENTO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL</b> 8 casos	<b>4,23%</b>	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA ORGANIZAÇÃO SINDICAL</b> 2 casos	<b>1,06%</b>	

<b>NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POR GÊNERO</b>		
<b>SEXO MASCULINO</b> 145 casos	<b>76,72%</b>	
<b>SEXO FEMININO</b> 41 casos	<b>21,69%</b>	
<b>NÃO IDENTIFICADO</b> 3 casos	<b>1,59%</b>	

<b>NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POR REGIÃO</b>		
<b>NORTE</b> 22 casos	<b>11,64%</b>	
<b>NORDESTE</b> 41 casos	<b>21,69%</b>	
<b>CENTRO-OESTE</b> 23 casos	<b>12,17%</b>	
<b>SUDESTE</b> 101 casos	<b>53,44%</b>	
<b>SUL</b> 2 casos	<b>1,06%</b>	

<b>VIOLÊNCIA POR TIPO DE MÍDIA</b>		
<b>JORNAL</b> 72 casos	<b>38,09%</b>	<b>AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS/ OUTROS</b> 26 casos <b>13,76%</b>
<b>TELEVISÃO</b> 43 casos	<b>22,75%</b>	<b>ASSESSORIA DE IMPRENSA</b> 2 casos <b>1,06%</b>
<b>MÍDIA DIGITAL (BLOGS, SITES, PORTAIS)</b> 30 casos	<b>15,34%</b>	<b>MÍDIA NÃO IDENTIFICADA</b> 6 casos <b>3,18%</b>
<b>RÁDIO</b> 11 casos	<b>5,82%</b>	

Fonte:Fenaj

Em 2013 os números de violência por região, diferentemente dos anos anteriores, passaram por uma mudança. As manifestações nas capitais do sudeste foram as maiores e conseqüentemente o número de casos viria a crescer. No entanto, o que chama a atenção é que em comparação com o ano de 2012 a região Sudeste encontrava-se igualada a região Nordeste, tendo sido registrados em ambas, 24 casos. Porém, em 2013, a região sudeste teve uma elevação expressiva de casos contabilizando 101 formas de violência. Os jornalistas que trabalhavam cobrindo as manifestações pelo país, em sua maioria, foram atingidos por balas de borracha, gás lacrimogêneo ou agressões físicas diretas. Também notamos o número de manifestantes que agrediram os profissionais da comunicação. Em grande parte, estas agressões disparadas pelos civis, se comparadas com o cenário atual do país, podemos supor que ocorrem por questões políticas, quando o jornalista é fichado pela sociedade como um profissional que não é parcial ou que coloca seus interesses partidários em cima da pauta que está desenvolvendo.

Para facilitar a compreensão, desenvolvemos esta tabela baseada nos dados dos relatórios da FENAJ dos anos de 2014 a 2019 com os principais dados que evidenciam os casos de violência contra jornalistas. Ao analisarmos esses dados,

observamos de que mesmo não se tratando de uma profissão de alto risco, o jornalismo tem se tornado uma profissão perigosa pelas situações em que acaba sendo inserido. Mesmo com os dados apontando certos números como por exemplo: jornalistas homens que mais sofreram ataques, são significam que mulheres também não o sofram. Da mesma forma, os demais veículos de imprensa também têm números altos de extrema importância.

Tabela 02 – Dados da violência a jornalistas brasileiros por ano.

Violência, ataques e agressões				
Ano	Número de casos	Região mais afetada	Gênero que mais sofreu ataques	Mídia que mais sofreu com ataques
2014	129	Sudeste (72 casos)	Masculino (99 casos)	Jornal (42 casos)
2015	137	Sudeste (59 casos)	Masculino (105 casos)	Televisão (50 casos)
2016	161	Sudeste (71 casos)	Masculino (167 casos)	Televisão (70 casos)
2017	99	Sudeste (34 casos)	Masculino (83 casos)	Jornal (47 casos)
2018	135	Sudeste (53 casos)	Masculino (105 casos)	Televisão (77 casos)
2019	208	Sudeste (44 casos)	Masculino (59 casos)	Televisão (35 casos)

Fonte: Fenaj

Os ataques à liberdade de imprensa explodiram em 2019, em razão da frequente e sistemática ação do presidente da República, [...] para desacreditar os veículos de comunicação social que fazem Jornalismo e os jornalistas. O assassinato do radialista consta neste Relatório para efeito de registro, mas não foi somado aos números totais de ocorrências de violência contra jornalistas, visto que a vítima pertencia à outra categoria profissional, ainda que do ramo da comunicação. Os 114 casos de tentativa de desacreditização da imprensa constituíram-se na principal ameaça à liberdade de imprensa no Brasil. Essa categoria de violência não constou dos Relatórios anteriores e foi criada em razão da institucionalização, por meio da Presidência da República, da crítica genérica e generalizada a veículos de comunicação e a jornalistas. Foram registrados 114 casos de desacreditização da imprensa e 94 de agressões diretas a profissionais, totalizando 208 casos de violência. O número é 54,07% maior do que o registrado em 2018, quando ocorreram 135 casos de agressões a jornalistas. [...] Sozinho, Bolsonaro foi responsável por 114 casos de desacreditização da imprensa, por meio de ataques a veículos de comunicação e a profissionais, e outros sete casos de agressões verbais e ameaças diretas a jornalistas, totalizando 121 casos, o que corresponde a 58,17% do total. (FENAJ, 2020, p.5)

É possível que a sociedade motivada por algo ou alguém, esqueça que existe uma lei vigente e passe a vivenciar uma realidade que induz ao erro e conseqüentemente a realizar ações diversas que possam culminar em um caso

como o da agressão ao jornalista? Se ao indagarmos as pessoas sobre seu pensamento sobre o jornalismo, e caso essa resposta não seja favorável a causa jornalística, de quem é a responsabilidade pela descredibilização deste ofício?

[...] O profissionalismo é um método eficiente e econômico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres editores. Mas as organizações jornalísticas (ou neste caso qualquer empresa comercial) Não podem confiar em normas profissionais para controlar o comportamento do seus profissionais; a fim de limitar mais o comportamento discricionário dos jornalistas, as organizações jornalísticas têm desenvolvido regras-políticas editoriais. As organizações jornalísticas confiam na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas (TRAQUINA, 2016, p.133)

Segundo o texto, podemos pensar que o mesmo responde à pergunta feita acima. Ao perguntarmos de quem é a responsabilidade pela descredibilização do jornalismo, podemos dizer que a culpa é do editorial? Ainda assim, não seria somente essa a única resposta para a pergunta em questão. Noam Chomsky (2003), linguista e escritor, em seu livro, *A manipulação do público*, alerta para a existência de dez estratégias para a manipulação de uma sociedade. Entre elas, podemos citar a estratégia N° 8; esta tem a função de desprestigiar a inteligência, ou seja, manter seu público-alvo na mediocridade. Este pensamento, é o mesmo que dizer: Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Simplesmente, a estratégia em questão faz alusão de que a pessoa que deseja controlar uma sociedade, seja a única cabeça pensante e desta forma consiga transformar seus espectadores em submissos do pensamento do manipulador.

Ainda estudando os dados, chegamos ao cume de nosso estudo que é buscar entender o motivo das agressões aos jornalistas durante o ano de 2020. Sabemos que a situação econômica, política, social e principalmente sanitária, foi agravada com a pandemia do novo coronavírus que surgiu no segundo semestre de 2019 e estourou no nosso país em meados de março de 2020. Com o contexto em que estávamos vivenciando e as situações mais adversas e nunca vividas em tal proporção, pela sociedade, coube ao jornalismo a função de transmitir para a população reclusa em casa a realidade do Brasil que vivia no segundo trimestre do ano passado praticamente em lockdown, as evoluções, suposições, estudos e perspectivas de melhoras do país sobre esta doença tão desconhecida. No entanto a exposição do jornalismo as situações de violência cresceram de tal forma que assusta e faz-nos buscar entender o real motivo para tais situações vividas.

Para a categoria dos jornalistas, 2020 teve particularidades. Mundialmente, houve um efeito positivo, com o Jornalismo recuperando parte de sua credibilidade, mostrando-se ainda mais necessário para as sociedades democráticas, e os jornalistas sendo reconhecidos profissionalmente. No Brasil, entretanto, registrou-se também particularidades negativas. 2020 foi o ano em que jornalistas arriscaram suas vidas (e muitos morreram), tiveram suas condições de trabalho mais precarizadas e sofreram ainda mais ataques violentos, por estarem cumprindo seu papel social. [...] em 2020, a situação agravou-se. Houve uma verdadeira explosão da violência contra jornalistas e contra a imprensa de um modo geral. Foram registrados 428 episódios, 105,77% a mais do que em 2019. A descrcredibilização da imprensa, como no ano anterior, foi a violência mais frequente: 152 casos, o que representa 35,51% do total. O presidente Jair Bolsonaro, mais uma vez, foi o principal agressor. Sozinho foi responsável por 175 casos (40,89% do total): 145 ataques genéricos e generalizados a veículos de comunicação e a jornalistas, 26 casos de agressões verbais, um caso de ameaça direta a jornalistas, uma ameaça à TV Globo e dois ataques à FENAJ (FENAJ, 2021, p.4)

Os dados de violência não se restringem somente ao jornalismo, mas à comunicação de modo geral. O ano de 2020 foi um ano sem precedentes no aspecto que trata da ideia de destruir a imagem do jornalismo. Avaliemos enfim os dados deste ano e busquemos compará-los aos demais anos que foram apresentados.

Gráfico 6 – Números da violência por região, 2020.



Fonte:Fenaj

Primeiramente, observamos que na década que estudamos os dados quantitativos, de 2010 a 2020, a região Nordeste liderava em número de casos, e gradativamente foi sendo substituída pela região Sudeste que teve seu maior agravamento no ano de 2013, depois tornando a descer. No entanto, a situação da região Centro-Oeste agravou-se em uma rapidez que não poderia ser prevista, ou até poderia, se levados em considerações os argumentos feitos pela FENAJ já no ano de 2019, como citado acima. Ao analisarmos também os tipos de mídia que sofreram ataques, passamos a ver que não somente o jornalista, mas também seu material de trabalho e propriedades particulares das emissoras como carros e outros, passaram a ser vandalizados (gráfico 7).

Gráfico 7 – Números da violência por tipo de mídia, 2020.



Fonte: Fenaj

Pela primeira vez, também observaremos que a identificação dos agressores sofreu uma mudança. Comumente eram pessoas do poder público ou que trabalhavam em alguma instituição pertencente ao poder público. No entanto o relatório de 2020 da FENAJ aponta o presidente da república como o principal agressor aos jornalistas. Sozinho, o presidente fez em 2020 mais ataques a jornalistas do que todos os políticos e servidores públicos juntos (gráfico 8).

Gráfico 8 - Principais agressores à jornalistas em 2020.



Fonte: Fenaj

O gráfico que indica a porcentagem e os agressores é completado ainda pela porcentagem dos tipos de violência que aconteceram (gráfico 9). O índice mais elevado do seguinte gráfico é o de descriminalização da imprensa, autenticando assim uma possível certeza na citação feita acima, da teoria de Noam Chomsky.

Gráfico 9 – Tipos de violência à jornalistas em 2020.

<b>ASSASSINATOS – 2 CASOS</b>	<b>0,47%</b>
<b>AGRESSÕES FÍSICAS – 32 CASOS</b>	<b>7,48%</b>
<b>AGRESSÕES VERBAIS/ATAQUES VIRTUAIS – 76 CASOS</b>	<b>17,76%</b>
<b>AMEAÇAS/INTIMIDAÇÕES – 34 CASOS</b>	<b>7,94%</b>
<b>ATAQUES CIBERNÉTICOS – 6 CASOS</b>	<b>1,40%</b>
<b>ATENTADO – 1 CASO</b>	<b>0,23%</b>
<b>CENSURAS – 85 CASOS</b>	<b>19,86%</b>
<b>CERCEAMENTOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO POR MEIO DE AÇÕES JUDICIAIS – 16 CASOS</b>	<b>3,74%</b>
<b>DESCRIBILIZAÇÃO DA IMPRENSA – 152 CASOS</b>	<b>35,51%</b>
<b>IMPEDIMENTOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL – 14 CASOS</b>	<b>3,27%</b>
<b>INJÚRIAS RACIAIS/RACISMO – 2 CASOS</b>	<b>0,47%</b>
<b>SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO – 2 CASOS</b>	<b>0,47%</b>
<b>VIOLÊNCIA CONTRA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES/SINDICAL – 6 CASOS</b>	<b>1,40%</b>

Fonte: Fenaj

“A força do direito deve superar o direito da força” (Rui Barbosa 1849-1923). A frase de Rui Barbosa, pode ser aplicada neste contexto para partirmos em defesa do cumprimento da lei. Se o país despertasse para o entendimento do que é direito e dever, talvez durante este ano pandêmico, nós não estaríamos escrevendo sobre os ataques e agressões a jornalistas enquanto executavam seus ofícios. A questão que estamos estudando é complexa e seus desdobramentos devem ser acuradamente observados. Para que possamos entender um pouco mais da realidade e sair do âmbito dos dados, é necessário buscar as informações necessárias sobre os ataques para assim desenvolvermos uma possibilidade de compreensão sobre a atual situação.

## 4.2-ANÁLISE DE CASOS

A república, proclamada em 1889, era o projeto que iria trazer para o Brasil uma verdadeira liberdade e garantir a todos os seus direitos. No entanto até o presente momento, analisamos que a realidade é bem diferente o espírito libertador sonhado na democracia. Ao apresentarmos os dados, vemos que a luta pelos direitos permanece até hoje. Os casos de violência e ataques a jornalistas enquanto exerciam seu ofício, é uma prova que a sociedade ou parte dela, ainda desconheça a palavra liberdade.

Durante o ano de 2020, os casos de maior relevância referente a ataques a jornalistas- foram dois assassinatos. O primeiro em 18 de fevereiro, quando o jornalista Lourenço Veras de 52 anos foi morto em casa com 12 tiros. O jornalista brasileiro residia na divisa do Brasil com o Paraguai, Morava na cidade de Pedro Juan Caballero e trabalhava na cidade brasileira que faz divisa, Ponta Porã no Mato Grosso do Sul. Conhecido como Leo Veras, era responsável pelo site Porã News e tornou-se conhecido por denunciar crimes do crime organizado naquela região.

O segundo caso foi o do jornalista Edney Menezes que foi morto a tiros em 15 de novembro. Edney trabalhava como assessor na campanha política de um candidato à prefeitura de Peixoto de Azevedo no estado do Mato Grosso. Horas antes de ser morto em um cruzamento enquanto dirigia seu carro, Edney havia comemorado a vitória do prefeito nas redes sociais, a família do jornalista estava ciente que o mesmo havia recebido ameaças de morte; no entanto não revelou o motivo nem a identidade de quem o ameaçou.

Casos como estes, mesmo isolados, são uma forma de calar a notícia. Assim como estes casos tiveram a atenção da justiça, casos menores e menos graves também devem ser observados e impelidos. A simples interrupção do trabalho de um jornalista já caracteriza a intenção da pessoa que deseja impedir o acontecimento da informação.

É exatamente pelo fato de o medo da imprensa descobrir algo errado, ou de simplesmente “Manchar a imagem” que as pessoas que podem ser expostas entram em conflito direto com a imprensa. Que os escândalos de corrupção existem no Brasil, não é uma novidade; indivíduos que participaram de alguma licitação indevida, lavagem de dinheiro, propinas entre outros, por saberem que em algum momento

serão expostos, passam a atacar radicalmente os veículos de imprensa para tentar frear a notícia e salvar sua reputação.

“Se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor” (Desmond Tutu). Esta frase, talvez não sirva diretamente para o jornalismo. No entanto serve para a sociedade no geral, na qual se insere o jornalismo. O compromisso com a verdade é papel do jornalista e exatamente por este motivo o jornalismo é malvisto. Porque busca denunciar o que não é correto. A exemplo dos seguintes fatos: (Imagens 3, 4, 5 e 6)

Imagem 3 – Matéria do G1 sobre esquemas de corrupção



**G1** RIO DE JANEIRO

## Esquemas de corrupção desviaram quase R\$ 1,8 bilhão da Saúde do RJ desde 2007; valor supera gastos com a pandemia

Montante é referente ao apurado em 6 fases da Lava Jato. Procuradora do MPF avalia que 'caixa-preta' de organizações sociais dificulta investigações.

Por Henrique Coelho e Carlos Brito, G1 Rio  
29/09/2020 06h00 · Atualizado há 8 meses

Fonte: G1

Imagem 4 – Matéria do Jornal Nacional sobre superfaturamento.



**G1** JORNAL NACIONAL

## Polícia Federal apura superfaturamento na compra de respiradores no Amazonas

Em abril, o sistema de saúde do Amazonas entrou em colapso por causa da pandemia da Covid. Foi nesse cenário que, segundo a PF, integrantes da cúpula do governo do Amazonas e empresários montaram um esquema de corrupção. O Jornal Nacional teve acesso a gravações e mensagens dos investigados no inquérito.

Por Jornal Nacional  
19/10/2020 21h35 · Atualizado há 8 meses

Fonte: G1

Imagem 05 – Matéria da revista veja sobre desvios de verba.

ASSUNTOS EM DESTAQUE: [Últimas notícias](#) [Coronavírus](#) [Radar](#) [Radar Econômico](#) [Direto de Brasília](#) [Revista](#)

≡ MENU **veja** ASSINE

RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA ECONOMIA SAÚDE MUNDO CULTURA PLACAR ACERVO

 **MAQUIAVEL** Por Coluna  
A política e seus bastidores. Informações sobre Planalto, Congresso, Justiça e escândalos de corrupção. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

Brasil

## PF já fez 52 operações contra desvios de verbas para combate à Covid-19

Corrupção envolvendo recursos para conter a doença alavancou o volume de apreensão de bens e dinheiro, que chegou ao recorde histórico de R\$ 5,4 bilhões

Por **Juliana Castro** Atualizado em 14 out 2020, 13h59 - Publicado em 14 out 2020, 13h43

Fonte: Revista veja

Como observamos no capítulo que aborda o cenário constitucional brasileiro, vemos que a plena liberdade da informação é assegurada por lei. Aqueles que descumprem a lei, ferem imediatamente a liberdade. Como garante o código de ética do jornalismo, O compromisso do jornalismo é com a verdade. No entanto, observamos que existem situações que visam impedir o jornalista de exercer sua função (imagem 6), sendo tais atitudes, um atentado a sociedade.

Imagem 6 –Impedimento dos jornalistas em noticiar problemas na saúde do RJ.

G1

RIO DE JANEIRO

## 'Guardiões do Crivella': entenda as denúncias sobre esquema para impedir reportagens sobre a saúde no Rio

Funcionários pagos com dinheiro público se organizam em grupo de WhatsApp e ficam na porta de hospitais para impedir denúncias da Saúde. Telefones de Crivella e de membros do primeiro escalão estavam em um dos grupos.

Fonte: G1

Funcionários da Prefeitura do Rio, pagos com dinheiro público, fazem plantão na porta de hospitais municipais para atrapalhar reportagens e impedir denúncias de problemas na Saúde, como mostrou o RJ2. O esquema era combinado em grupos de aplicativo de mensagens. Um deles foi denominado "Guardiões do Crivella". A cúpula do governo municipal faz parte de um dos grupos. O telefone do prefeito do Rio, Marcelo Crivella, consta na relação. O prefeito assumiu que estava no grupo, mas que nunca participou. Uma testemunha disse ao RJ2 que Crivella enviava mensagens parabenizando as ações (CAMPOS, MACIEL, ALANIZ, OLIVEIRA E SOARES, 2020, online)

Ao buscarmos estas informações e descobrimos a realidade em que a imprensa brasileira está sendo colocada, existem situações como a do Rio de Janeiro que os agressores não são somente motivados por alguma questão pessoal; mas remunerados para que impeçam a atuação dos jornalistas. No entanto, tais ações justificam ainda mais a ação jornalística. Mas o que a população em geral pensa sobre o jornalismo? Por que parte das agressões são derivadas de pessoas que não tem motivos diretos para fazer algo contra o jornalismo? Para entendermos melhor a posição da sociedade sobre o jornalismo, foi elaborada uma pesquisa de opinião pública.

### 4.3-JORNALISMO NA VISÃO DA SOCIEDADE

A sociedade como a conhecemos, é o conjunto de pessoas que obedecem a um grupo de regras para viver em harmonia. Baseando-se nisso, podemos entender que cada pessoa que tem seu pensamento, mesmo que divirja de outra pessoa, deve saber respeitar a opinião e os direitos do próximo para que esta harmonia seja alcançada. Sendo assim, ao estudarmos todos os pontos abordados até o presente momento, falta-nos saber o pensamento da sociedade sobre o jornalismo. Como fora citado ao final do capítulo anterior, foi desenvolvida uma pesquisa através de uma conta no Instagram que contou com uma participação média de 350 pessoas. Por tratar-se de uma pesquisa informal e em rede social, as mesmas pessoas que responderam uma ou mais questões não obrigatoriamente responderam todas. Por este motivo haverá diferença no número dos votos em cada uma das perguntas. Foram elaboradas seis perguntas de caráter pessoal a respeito do que cada pessoa sente em relação ao jornalismo e a profissão do jornalista. A primeira pergunta foi em formato de múltipla escolha sem haver resposta certa. Foi perguntado aos participantes qual mídia é mais usada por eles para se informar, com as seguintes opções: Jornal, rádio, televisão e redes sociais. O resultado desta pergunta acompanhamos na imagem a seguir:

<b>A</b> Radio	<b>8</b>
<b>B</b> Jornal impresso	<b>4</b>
<b>C</b> Televisão	<b>70</b>
<b>D</b> Redes sociais	<b>270</b>

A segunda e terceira perguntas, sobre a importância do jornalismo na vida da pessoa:



A quarta pergunta foi direcionada à atuação jornalística durante a pandemia:



Na quinta pergunta havia a possibilidade de duas respostas. Uma era múltipla escolha e a outra era para discorrer sobre o assunto. Ficou livre para cada participante escolher de uma forma ou de outra – ou ambas. A maioria dos participantes optou pelo formato de múltipla escolha. A pergunta questionava se o jornalismo precisaria mudar algo e a segunda perguntava o que deveria, (caso houvesse) ser mudado. A imagem de perfil dos usuários e parte de seus nomes da rede social foram removidos para preservar a imagem de cada pessoa que votou.



 job

Mais investigação,  
menos partidarismo

Responder >

 sid

Ser imparcial e passar  
verdades, fatos.

Responder >

 rafa

Imparcialidade

Responder >

 leir

Continuando... de forma  
que enfatizam, por exemplo  
se foi um gay ou uma  
pessoa negra que morr

Responder >

 thi

Jornalismo hj está  
voltado somente para  
audiência somente para  
gerar audiência

Responder >

 lac

Ter mais transparência  
e sinceridade

Responder >

 lim

E também muitas vezes  
não tratam mulheres e  
gays de uma forma  
igual...

Responder >

 leiry

Em alguns aspectos  
não trabalha tanto  
com imparcialidade.

Responder >

 cari

A abordagem pessoal,  
passar a ter uma  
abordagem mais imparcial,  
sem "procelitismo"

Responder >

 leo

Capacitação daqueles  
que vinculam  
informações sem pleno  
embasamento técnico.

Responder >

 mar

Sua grande  
parcialidade

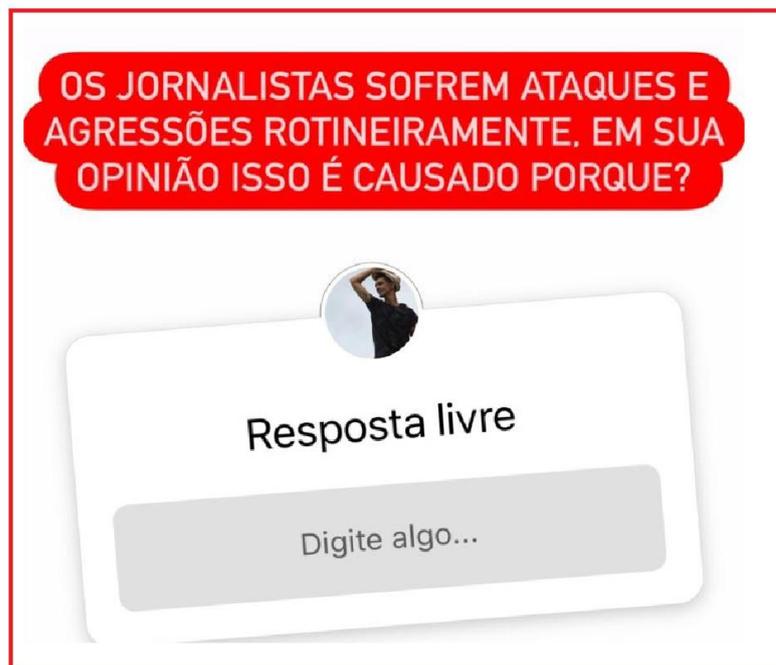
Responder >

 dic

Ser mais imparcial

Responder >

A sexta e última pergunta abordava exatamente o tema desta nossa pesquisa. Por que os jornalistas sofrem ataques? Esta questão era somente para que o usuário discorresse sobre o tema. Esta questão teve a participação de 38 pessoas.



- |   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| <p> kay</p> <p>Porque os jornalistas sempre vão em busca da verdade e muita gente tem medo que a verdade seja dita.</p> <p>Responder &gt;</p> | <p> thi</p> <p>Pq são obrigados muitas vezes a transmitir meias verdades p n cair a audiência</p> <p>Responder &gt;</p>     | <p> raf</p> <p>Pela sua formalidade excessiva!</p> <p>Responder &gt;</p>                                 | <p> nay</p> <p>Sim. Por conta que sempre estamos em busca da verdade dos fatos.</p> <p>Responder &gt;</p>                                  |
| <p> lac</p> <p>Devido a intolerância do povo quanto aos jornalistas.</p> <p>Responder &gt;</p>  | <p> jll</p> <p>Pessoas que fazem coisas erradas e não querem responder pelos erros da ato feito .</p> <p>Responder &gt;</p> | <p> mar</p> <p>Ligarem mensageiros como responsáveis pelas causas de problemas</p> <p>Responder &gt;</p> | <p> tha</p> <p>Pela falta de respeito das pessoas em ver o jornalismo como uma profissão de responsabilidade soc</p> <p>Responder &gt;</p> |
| <p> leo</p> <p>Sobre as leis existentes no país, tão quanto da educação de berço não dada.</p> <p>Responder &gt;</p>                          | <p> leo</p> <p>A sociedade brasileira lamentavelmente é ignorante, seja por falta da informação</p> <p>Responder &gt;</p>   | <p> cris</p> <p>Por conta da intolerância</p> <p>Responder &gt;</p>                                      | <p> mar</p> <p>Falta de empatia pq jornalistas são pessoas que são qualificadas a passar inf.</p> <p>Responder &gt;</p>                    |

 dicasrr

**Censura**

Responder >

 gui

Principalmente pelo odio e a intolerância que rege esse país nos últimos anos.

Responder >

 leri

Como se a culpa fosse do mensageiro...tipo isso

Responder >

 kelv

Por conta das fake news

Responder >

 paul

Por que as pessoas tem medo de falarem a verdade

Responder >

 raph

Intolerância

Responder >

 deh

Falta de cultura e educação da população.

Responder >

 oxe.an

Pela incitação de ódio dos extremistas, sendo o principal deles, o presidente da república.

Responder >

 jro

Sempre foi atacado porque tem a missão de informar, divulgar e esclarecer fatos.

Responder >

 \_\_cint

Todos tem opiniões diferentes. Infelizmente há pessoas ignorantes que não aceitam isso e atacam

Responder >

 carl

Nao sei, mas acredito que se fossem mais imparciais, amenezaria....

Responder >

 ram

Infelizmente é pq muita gente vê os jornalistas cm enxiridos sendo q só estão fznd o seu trabalho

Responder >

 coim

Resultado da falta de credibilidade

Responder >

 juan

Imparcialidade

Responder >

 \_pablo

Exposição dos agressores e falta de segurança para os jornalistas

Responder >

 i\_lyce

Notícias fakes

Responder >

 clau

As vezes falta de segurança pública nos locais

Responder >

 theo

Mostrar por muitas vezes uma realidade que não gostaríamos de ver

Responder >

 fr.iva

Porque as pessoas não querem ouvir a verdade

Responder >

 nutriglauberferreira

por conta dos ataques infundados do presidente

Responder >

 peri

Pela falta de credibilidade.

Responder >

 arth

Opiniões contrárias

Responder >

 suli

O ser humano n sabe se colocar no lugar do outro.

Responder >

 eliaanapereira

Tentativa de retorno à ditadura

Responder >

Como pudemos observar no resultado da primeira questão, a maioria das pessoas se informa pelas redes sociais. Mesmo hoje, com a presença dos veículos de comunicação no Instagram ou outras redes, é necessário o cuidado para as fake news, as redes sociais sem dúvida chegam mais longe e com uma rapidez invejável em comparação aos demais veículos de comunicação. Isso também aponta novos caminhos que o jornalismo irá ter que cada vez mais acompanhar.

Na segunda e terceira questões, observamos a grande maioria confirmando a importância do jornalismo para a sociedade. No entanto, 19 pessoas em uma questão e 15 em outra, responderam que o jornalismo não acrescenta nem é importante para a sociedade. Da mesma forma, chama a atenção para que o jornalismo se desenvolva mais, seja mais convidativo e busque atender ao máximo de pessoas possível.

A quarta pergunta que sobre a atuação do jornalismo na pandemia do coronavírus, revelou que 16% (52 votos), acham que a atuação do jornalismo não é boa e 268 pessoas confirmaram que o jornalismo está exercendo bem sua função durante este período da Covid-19. É importante levar em consideração os votos negativos, mesmo estes sendo em porcentagem baixa.

Na quinta pergunta, como já fora explicada anteriormente, que questionava se seria necessária alguma mudança no jornalismo e qual mudança deveria ser, 57% disseram que o jornalismo deve mudar alguma coisa, sim. Entre as principais queixas e sugestões de melhora, os votantes pediram que o jornalismo fosse mais investigativo, menos partidarizado e mais imparcial.

A sexta e última pergunta é a mais polarizada de todas. Observamos várias causas que, segundo os votantes, estimulam os ataques durante o trabalho. São estas queixas em sua maioria a falta de imparcialidade, o sensacionalismo, a falta de respeito, a falta de credibilidade, entre outros. Ao mesmo tempo surgem pessoas em defesa do jornalismo; apontam que o jornalista sofre tais violências pela falta de educação da sociedade, pelos ataques dos políticos, porque as pessoas não querem ouvir a verdade, entre outros.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao chegarmos ao fim deste estudo detalhado sobre os ataques e agressões a jornalistas durante o ano de 2020, pudemos compreender e reavivar o conceito de um estado que promova a igualdade. Ao vivenciarmos novamente o período histórico brasileiro e notarmos que já desde os primórdios o jornalismo era cerceado e conseqüentemente, ao longo dos anos foi sendo agravada tal situação, temos a possibilidade de conhecer o passado para escrever o futuro.

Da mesma forma que, ao analisarmos o contexto constitucional, observamos o teórico e o prático da nossa sociedade. Sentimos que nosso país almeja tornar-se um estado que visa garantir a todos o melhor possível em termos de direito.

Ao estudarmos os casos de ataques a jornalistas dentro do nosso país durante a última década, vimos que o agravamento da situação poderá como fora dito, repetir o passado de censura e desmerecimento da profissão do jornalística. O jornalismo se mantém firme reafirmando seu compromisso com a sociedade e com a liberdade que garante a todos o direito à informação.

Por fim, ao realizarmos a pesquisa de opinião pública e analisarmos os resultados obtidos, consideramos a existência de material para mais estudos sobre a polarização existente na sociedade a respeito do jornalismo na vida das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rejane, **DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda**, FGV-CPDOC, Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP> Acesso em: 20 mai. 2021

BEZERA, Juliana, **Constituição de 1988**, Toda matéria, Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/constituicao-de-1988/> Acesso em: 04 jun. 2021

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, Angélica Ricci, **Imprensa Nacional (1889-1930), Mapa, memória da administração pública brasileira**, Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/558-imprensa-nacional-1889-1930> Acesso em: 20 mai. 2021

CAMPOS, MACIEL, ALANIZ, OLIVEIRA E SOARES, **Guardiões do Crivella': entenda as denúncias sobre esquema para impedir reportagens sobre a saúde no Rio**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/01/guardioes-do-crivella-entenda-as-denuncias-sobre-esquema-para-impedir-reportagens-sobre-a-saude-no-rio.ghtml> Acesso em: 20 jun.2021

DE ABREU, Alzira Alves, **DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda**, FGV-CPDOC, Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa> Acesso em: 20 mai.2021

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2006.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: 2007

GOMES, Laurentino. **1822**. Rio de Janeiro - RJ: Editora Nova fronteira. 2010.

GOMES, Laurentino. **1889**. São Paulo - SP: Editora Globo. 2013.

HIGA, Carlos César, **Segundo Reinado**, Mundo educação. Disponível em:  
<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/segundo-reinado.htm> Acesso em: 12 mai. 2021

MENDES, Rainie Vieira. **Sociabilidade e imprensa no período regencial: a Sociedade Amante da Instrução e a Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro**. 2014. p.4, Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) –Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

NASCIMENTO, Luciano, **FENAJ recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura**, Agência Brasil, Disponível em:  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistas-perseguidos-na-ditadura> Acesso em: 02 jun.2021

POLITIZE, **Ditadura Militar no Brasil**, Politize, Disponível em:  
<https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/> Acesso em: 02 jun.2021

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, **A Imprensa Régia**. MultiRio. Disponível em:  
<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/52-o-rio-de-janeiro-como-a-capital-do-reino/2483-a-imprensa-regia>.  
Acesso em: 12 mai. 2021

SANTANA. Jorge José B. **Jornais e Jornalistas** – A imprensa pernambucana-. Zurich – Suíça, Editora Zapfhumanst. 2012.)

TERCI, R.M., **O Brasil império e a liberdade de imprensa**. UOL. 2020 Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-coluna-o-imperio-do-brasil-e-liberdade-de-imprensa.phtml> Acesso em: 12 mai.2021

TRAQUINA, N.; **Jornalismo: questões teorias e “estórias”**. Florianópolis: Editora: Insular, 2016

TERCI, R.M., **O Brasil império e a liberdade de imprensa**. UOL. 2020 Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-coluna-o-imperio-do-brasil-e-liberdade-de-imprensa.phtml> Acesso em: 12 mai.2021

POLITIZE, **Ditadura Militar no Brasil**, Politize, Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/> Acesso em: 02 jun.2021

REIS e ROLLEMBERG, **Censura nos meios de comunicação**, Memórias reveladas, disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br/campanha/censura-nos-meios-de-comunicacao/> Data de acesso: 24 jun.2021